

GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 063/93

DISPÕE SOBRE AS  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
PARA 1994, E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS,  
Prefeito Municipal de Sagrada Família, FAÇO SABER, no uso das  
atribuições que me são conferidas pelo artigo 79, item IV, da Lei  
Orgânica vigente, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e  
eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam  
estabelecidas para a elaboração dos orçamentos da Administração  
Pública Municipal direta e indireta, relativos ao exercício de  
1994, as diretrizes de que trata esta Lei e as prioridades e  
metas constantes do anexo I.

Artigo 2º - A partir das  
prioridades e objetivos constantes do anexo I, desta, serão  
elaboradas as propostas orçamentárias para 1994, de acordo com  
as disponibilidades de recursos financeiros.

Parágrafo Primeiro - Os  
investimentos em fase de execução terão preferência sobre os  
novos Projetos.

Parágrafo Segundo - A  
programação de novos projetos não poderá se dar a custa de  
anulação de dotações destinadas a investimento em andamento.

Parágrafo Terceiro - O  
pagamento dos serviços da dívida de pessoal e encargos terão  
prioridades sobre as ações de expansão.

Artigo 3º - Os Projetos e  
atividades constantes da Lei Orçamentária deverão estar  
compatíveis no plano plurianual e com esta Lei.

Artigo 4º - As Receitas e  
despesas dos orçamentos da Administração direta, das autarquias e  
das fundações instituídas ou mantidas pelo Município, serão  
classificadas e demonstradas segundo a Legislação em vigor.

Artigo 5º - Na estimativa  
das receitas serão considerados os efeitos das alterações na  
Legislação tributária, especificamente sobre:

I - Consolidação da Legislação vigente que regula cada tributo de  
competência do Município;

II - Adequação da Legislação tributária Municipal às eventuais  
modificações da Legislação Federal;

III - Revisão dos índices já existentes que são indexados de  
tributos, tarifas e multas e criação de novos índices;

IV - Revisão das isenções e incentivos fiscais.

Artigo 6º - As alterações  
na Legislação tributária vigente serão propostas mediante Projeto  
de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal até 02 (dois) meses

antes do encerramento do exercicio e deverao ser apreciados antes da aprovacao da Proposta Orcamentaria.

Artigo 7º - Nos Projetos de Lei Orcamentaria constarao as seguintes autorizacoes:

I - Para abertura de Creditos Suplementares;

II - Para a realizacao de operacoes de credito com destinacao especifica e vinculada ao Projeto, nos termos da Legislacao em vigor;

III - Para realizacao em qualquer mes do exercicio, de operacoes de credito por antecipacao da receita, oferecendo as garantias usuais necessarias nos termos da Legislacao em vigor.

Artigo 8º - Os auxilios ou subvencoes a entidades reconhecidas como de utilidade publica, sem fins lucrativos, serao concedidas atraves de planos de auxilios e subvencoes, de acordo com a Lei Municipal.

Artigo 9º - Fica o Poder

Executivo autorizado:

I - Prover os cargos e funcoes vagos nos termos da legislacao vigente;

II - Conceder aumento de remuneracao ou outras vantagens, mediante autorizacao legislativa especifica.

Artigo 10º - A criacao de cargos, a alteracao de estrutura de carreira, admissao de pessoal a qualquer titulo, concessao de qualquer vantagem, ou aumento de remuneracao so poderao ser feitas se houver previa dotacao orcamentaria para atender as projecoes de pessoal e aos acrescimos dela decorrentes.

Artigo 11º - As despesas com pessoal e encargos sociais nao poderao ultrapassar os limites previstos nos artigos 169 da Constituicao Federal e 38 do Ato das Disposicoes Constitucionais Transitorias.

Paragrafo Unico - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este Artigo, abrange os gastos nas seguintes despesas:

-Salarios;

-Obrigacoes Patrimoniais;

-Proventos de aposentadoria e pensoes;

-Remuneracao do Prefeito e Vice-Prefeito;

-Remuneracao de Vereadores.

Artigo 12º - Sao considerados objetivos da Administracao Municipal, o desenvolvimento de programas visando a:

I - Proporcionar o desenvolvimento pessoal dos Servidores atraves de programas informativos, educativos e culturais;

II - Melhorar as condicoes de trabalho, especialmente no que concerne a saude, alimentacao e seguranca no trabalho;

III - Capacitar os Servidores para melhor desempenho de funcoes especificas;

IV - Racionalizacao dos recursos materiais e humanos visando diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiencia no atendimento dos servicos municipais.

Artigo 13º - O Poder executivo podera firmar convenios com outras esferas de Governo para desenvolvimento de programas prioritarios nas areas de educacao, cultura, saude e assistencia social, sem onus para o


Município, ou com contra-partida, constituindo-se em Projetos específicos somente após o efetivo recebimento dos recursos. Artigo 140 - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposicoes em contrario.

MUNICIPAL DE SAGRADA FAMILIA, em 26 de novembro de 1993.

GABINETE DO PREFEITO

  
JUVENIL MAFALDA SANTOS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

  
JOSE ALBORI DE LIMA  
Sec. Mun. Administracao.